



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - PLEN**

(Ao PLP nº 235, de 2019)

Modificam-se o inciso XIV do art. 2º e os incisos VII, XI e XII do art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, na forma do Substitutivo apresentado em Plenário pelo Relator, passa a vigorar com a seguinte redação com as adaptações necessárias:

“Art. 2º

.....  
XIV – acesso à informação e à transparência, garantida a participação social para a escola pública.  
.....

Art. 3º

.....  
VII – zelar pela colaboração das redes pública e privada de educação;  
.....

XI – assegurar a participação democrática nos processos de planejamento, coordenação, gestão e avaliação nas escolas públicas;

XII - promover nas escolas públicas a valorização e o desenvolvimento profissional permanente dos profissionais, considerando ingresso exclusivamente por concurso público, remuneração condigna, carreira atrativa, adequadas condições de trabalho, saúde e piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica pública.

... (NR)”

Suprimam-se o inciso X do art. 2º e o inciso XVII do art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, na forma do Substitutivo





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

apresentado em Plenário pelo Relator com renumeração dos dispositivos seguintes.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta do substitutivo que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) trata de muitos aspectos que se referem especificamente ao ensino público, sem fazer sentido algumas referências ao ensino privado, sendo necessário retirá-los em alguns pontos para não gerar confusão e grave insegurança jurídica.

Outro ponto a corrigir refere-se a uma eventual participação social nas instituições privadas de ensino, o que abre espaço para uma ingerência descabida e prejudicial a essas atividades empresariais, que tanto beneficiam a sociedade e a educação brasileira. Dessa forma, alguns objetivos do SNE devem se restringir às escolas públicas.

Assim, a presente emenda também busca solucionar uma eventual ingerência estatal nas escolas privadas e uma restrição dos limites da liberdade que estas detêm, haja vista que não são concessões de serviço público.

Com isso, evita-se eventuais prejuízos à educação privada sem que o objetivo da proposta do SNE seja reduzido, mas deixando o seu escopo delimitado em algumas situações ao ensino público. Não pode caber ao SNE regular a oferta do setor privado.

Outro ponto que merece ajuste no Substitutivo, refere-se à impertinente e inoportuna retirada das competências do Conselho Nacional de Educação (CNE) na composição dos currículos e nos processos de avaliação educacional. O CNE possui governança que vem atendendo de forma adequada às necessidades do país nesses pontos.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF



SF/22613.00696-41